

## **ATA DE REUNIÃO Nº 029/2015 DA MESA ESTADUAL DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS.**

Aos 18 dias do mês de novembro de 2015, no Centro de Pastoral da Arquidiocese de Mariana, em Mariana, Minas Gerais, realizou-se reunião extraordinária da Mesa de Diálogo e Negociação com o objetivo inicial de ouvir os atingidos pelo rompimento da barragem da Mineradora Samarco, visando a mediação do diálogo entre as partes envolvidas e a proposição de alternativas para a construção de um acordo.

O presidente da Mesa, Claudius Vinícius Leite Pereira, abriu os trabalhos informando que a Mesa de Diálogo e Negociação iniciou suas atividades em fevereiro deste ano, tendo sido instituída oficialmente pelo governador Fernando Pimentel por decreto homologado em 1º de julho último. Esclareceu que se trata de um fórum onde se discutem soluções pacíficas para os conflitos fundiários e socioambientais. Informou ainda que a reunião está sendo registrada em áudio e vídeo e que a presente ata será encaminhada posteriormente aos órgãos do poder público, representantes da sociedade civil e aos movimentos sociais presentes, para que todos tenham conhecimento dos encaminhamentos propostos.

Afirmou que o objetivo principal desta reunião é ouvir os moradores atingidos pelo rompimento da barragem, estabelecendo encaminhamentos a partir de suas demandas, tendo como norte a pauta apresentada pelo MAB ao Governo Federal, fruto de debate com os atingidos. Segundo ele, a proposta é que as reuniões da Mesa de Diálogo sejam realizadas nos municípios atingidos pelo rompimento da barragem ao longo da Bacia do Rio Doce.

Feitas as considerações iniciais, o presidente abriu a palavra à manifestação dos presentes, solicitando prioridade à população atingida. Em suas falas, os atingidos denunciaram a ausência de sirenes prévias para alertá-los da ameaça de rompimento da barragem, de forma que todos pudessem deixar a área em tempo hábil. Eles destacaram os efeitos do desastre na vida dos moradores, desde a perda de entes queridos, os prejuízos materiais, até os efeitos psicológicos, resultando em mudanças no comportamento das pessoas. Nesse sentido, solicitaram à Samarco apoio no acompanhamento psicológico das famílias, disponibilizando profissionais da área com o objetivo de prestar essa assistência.

Houve também manifestações dos moradores quanto à ausência da comissão eleita pela comunidade na reunião, conclamando todos os atingidos a se unirem com o objetivo de construir juntos uma solução.

Moradores de Paracatu também registraram suas queixas, informando que não tiveram por parte da Mineradora Samarco qualquer informação em relação aos estragos que as barragens poderiam causar à cidade. De acordo com os relatos, a cidade virou um caos, o comércio parou, muitos perderam sua produção de hortaliças e prevalece agora entre os moradores o pânico de que aconteça um novo rompimento. Segundo os depoimentos, tal situação requer que os atingidos se unam com o objetivo de exigir atitudes mais concretas da Samarco para que os danos sejam reparados o mais breve possível.

Moradores de Bento Rodrigues cujas casas não foram destruídas pela lama solicitaram que lhes fosse permitido o acesso às suas residências para a retirada de

pertences importantes, sobretudo de documentos. Outros denunciaram que muitos idosos e crianças estão confinados em quartos de hotel, sem que as famílias tenham informações de quando serão reassentadas em moradias de aluguel, conforme promessa feita pela Samarco.

Moradores do município de Periquito que vivem da pesca denunciaram que o dano na região foi grande, avaliando que tudo o que a Samarco fizer será pouco para sanar o estrago e pagar as perdas. Segundo eles, as soluções devem ser discutidas coletivamente, no sentido de definir o que é melhor para a comunidade.

A presidente do Conselho Municipal de Saúde, Patrícia Simões Batea, manifestou sua preocupação em relação à saúde mental das pessoas atingidas pelo desastre, solicitando da Samarco e da Prefeitura de Mariana agilidade na solução dos problemas, assumindo a responsabilidade que cabe a cada um.

Moradores de Governador Valadares denunciaram o envio de água contaminada ao município pela Vale do Rio Doce e manifestaram sua preocupação em relação ao índice de contaminação do rio e o que isso representa para as comunidades que dele dependem para viver. Segundo eles, mais de 1.200 pescadores da região perderam seu sustento.

Após os relatos e denúncias apresentadas pelos moradores atingidos em diversos municípios ao longo da Bacia do Rio Doce, o presidente da Mesa de Diálogo passou a palavra aos representantes do MAB, solicitando que apresentassem a pauta construída com os moradores atingidos, descrita a seguir:

#### 1- Plano de tratamento das comunidades e famílias desabrigadas:

- Plano emergencial: que conste uma verba de manutenção de no mínimo um salário mínimo por pessoa e moradia adequada para a estadia das famílias; atendimento à saúde, educação, alimentação, vestuário, entre outros, até a definitiva solução. Disponibilizar liberação imediata de cestas de alimentos para todas as famílias atingidas. Garantir o direito às famílias de poder enterrar seus entes queridos, vítimas do desastre.

- Plano de reparação e indenização: para garantir a realocação das comunidades atingidas com a devida reativação econômica das famílias. Este plano deve garantir a retomada da dignidade das famílias, devendo proporcionar qualidade de vida igual ou melhor ao que viviam antes.

- Cadastro protagonizado pelas famílias atingidas: este levantamento deve envolver as lideranças das comunidades e organizações (MAB e Arquidiocese de Mariana), tanto na elaboração como na aplicação dos cadastros.

- Participação integral das famílias e negociação coletiva: deve garantir a participação das famílias na definição das metodologias de negociação e nas formas de reparação dos atingidos.

#### 2. Plano de Recuperação do Vale do Rio Doce:

- Plano emergencial: que garanta acesso à água para toda população dos municípios e comunidades que tiveram seu abastecimento afetado. Que levante e garanta uma verba de manutenção para os pescadores que tiveram suas atividades afetadas ou inviabilizadas e para os trabalhadores que tiveram suas atividades econômicas suspensas pela catástrofe.

- Amplo diagnóstico participativo, envolvendo os mais diversos movimentos e organizações da sociedade civil e do Estado para dimensionar e definir soluções para os danos sociais, ambientais, econômicos e culturais resultantes da tragédia.

3. Instituição da Mesa de Negociação com plena participação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e Arquidiocese de Mariana com as empresas e governos para permanente negociação, debate e acompanhamento de todo processo.

4. Garantia de estrutura e recursos para informação, participação e organização dos atingidos, bem como para contratação de equipes técnicas necessárias, coordenadas pelos atingidos.

5. Que os Governos Federal e Estadual intervenham nos debates no Congresso Nacional e na Assembleia Legislativa para que os projetos que alteram a legislação ambiental e o marco regulatório da mineração não coloquem o interesse pelo lucro acima da vida; que esses projetos não tenham como objetivo principal "agilizar" e "facilitar" o processo de licenciamento e gestão de projetos de mineração e barragens. Caso isso ocorra, serão cada vez mais comuns no Brasil catástrofes como esta.

6. Intervenção imediata para a garantia de não rompimento da barragem Germano e de outras em situação de risco em Minas Gerais.

Segundo os representantes do MAB, esta pauta foi entregue à presidente Dilma Rousseff, em sua visita a Mariana, quando ela reafirmou a importância de acompanhamento de toda a negociação pelos governos Federal e Estadual.

Após a apresentação da pauta, os representantes do MAB questionaram os diretores da Vale/Samarco quanto à violação do direito dos atingidos de se organizarem, obtendo as informações reais por parte da empresa. Afirmaram que o MAB é um órgão reconhecido por organismos internacionais e por órgãos do governo, estando articulado com muitas organizações sociais em Minas. Enfatizaram que a função social do movimento de organizar e participar, junto com as famílias, no processo de construção de seus direitos não pode ser violada.

Afirmaram ainda que o MAB está trabalhando firmemente no sentido de aprovar um decreto instituindo uma política nacional de atingidos por barragens e que não pode admitir que a empresa coloque o movimento como um ator perigoso junto aos atingidos. Embora admitam a importância das mineradoras no Estado, ressaltaram que é preciso construir outras metodologias mais responsáveis de extração do minério, sem colocar em risco a vida das pessoas e do meio ambiente.

Convidado a falar, o representante da Samarco, Estaneslau Klein, agradeceu a oportunidade de estar presente e de informar o que está sendo feito pela mineradora. Segundo ele, logo após o ocorrido, foi implementado um plano de ação comunitária no sentido de providenciar acomodação a todas as pessoas atingidas. Informou que a empresa já mapeou cerca de 700 imóveis na região, número bem maior do que as famílias afetadas. Afirmou que a mineradora está ouvindo as famílias, para conhecer o desejo e a necessidade de cada uma delas, respeitando as particularidades de cada unidade familiar e buscando a participação social para dar todo o apoio e a assistência necessária.

Em relação à saúde, disse que foi feito o atendimento psicológico a 760 pessoas, tendo sido realizados 679 atendimentos médicos, com fornecimento de remédios e pronto atendimento às emergências. Em relação à alimentação, afirmou que está sendo priorizada a compra de marmitejas junto a fornecedores locais. No que diz

respeito à educação, informou que a mineradora está agindo no sentido de restabelecer as aulas aos alunos cuja escola foi destruída pelo desastre.

Quanto à disponibilização de casas para a realocação das famílias, assegurou que está sendo respeitada a posição de todos os movimentos que apoiam os atingidos. Segundo o diretor da Samarco, mesmo indo para casas alugadas, será mantido o diálogo contínuo com as famílias, até que possam ter a condição necessária de iniciar um processo de negociação coletiva, visando a garantia de seus direitos. Nesse processo de negociação, concordou quanto à importância de que as informações cheguem a todos os representantes e a todas as famílias. Informou que já está sendo realizado o cadastro dos atingidos, alegando que é preciso estabelecer ações emergenciais, de forma que todos possam restabelecer seu trabalho. Outras soluções, a seu ver, vão demandar tempo e deverão ser construídas em conjunto. Informou que cerca de 700 pessoas da Samarco estão mobilizadas nesse processo.

Em relação ao auxílio financeiro, afirmou que a recomendação do Ministério Público foi prontamente atendida: a Samarco vai disponibilizar um salário mínimo para cada família e 20% do salário a cada dependente. As moradias temporárias, segundo informou o diretor da Samarco, estão sendo disponibilizadas com um kit básico de móveis e utensílios domésticos.

Ao se manifestar, o secretário-adjunto de Desenvolvimento Social e Cidadania de Mariana, João Paulo Paranhos, afirmou que a Prefeitura não fugirá às responsabilidades de competência do poder público, informando que já foi traçado um plano emergencial com o objetivo de atender as famílias naquilo que precisem. Afirmou ainda que está sendo cobrado da Samarco todo trabalho de assistência às famílias, desde seu deslocamento para os hotéis e dos hotéis para as casas temporárias. Quanto à assistência comunitária, disse que estão trabalhando dia e noite para que não falte essa assistência, usando todo o efetivo da Prefeitura.

O secretário informou que foi encaminhada uma lista de demandas à Samarco solicitando assistentes sociais e psicólogos para prestar atendimento à população atingida. Falando em nome do prefeito, assegurou que a Prefeitura de Mariana não medirá esforços no sentido de garantir o direito dos atingidos.

Convidado a falar, o Padre Geraldo, da Diocese de Mariana, reportou-se a um depoimento do Papa Francisco que propõe a promoção e a defesa da vida em todos os sentidos, sobretudo da vida humana. Enfatizou que é preciso colocar a vida como prioridade, devendo ser contemplada e atendida em todas as suas dimensões. A seu ver, isso exige de todos uma atitude de abrir mão de vaidades, colocando no centro das atenções as pessoas atingidas. Afirmando que nada vai reparar a vida perdida na lama, ressaltou que as soluções dependem da articulação de forças, que devem se desdobrar no esforço do diálogo. Divergências e diferenças, neste momento, não podem, em sua opinião, constituir empecilhos a esse diálogo. Concluiu sua fala afirmando ser de grande importância esta reunião da Mesa de Diálogo no sentido de negociar uma solução coletiva para os atingidos.

Endossando as palavras do Padre Geraldo, o deputado estadual Rogério Corrêa informou que a Assembleia Legislativa está propondo a criação de uma comissão para assegurar a garantia dos direitos das pessoas atingidas por barragens. Segundo ele, no caso específico deste desastre, é preciso também assegurar aos moradores o direito de acesso a suas casas para buscar seus pertences. Ele enfatizou a iniciativa da Mesa em promover esta reunião, argumentando que se trata de um espaço que unifica todos os setores da sociedade, colocando-se como um fórum para coordenar o processo de diálogo e negociação. Na oportunidade, cobrou da Samarco a disponibilização do terreno para que a comunidade de Bento Rodrigues possa ser reconstruída, devolvendo a seus moradores a possibilidade de uma vida digna.

Falando a seguir, o deputado José Célio Alvarenga disse que a Assembleia Legislativa vai trabalhar no sentido de acompanhar as ameaças de risco de rompimento das outras barragens da mineradora. Ele solicitou ao diretor da Samarco uma posição quanto à proposta relativa aos trabalhadores da empresa no que diz respeito à estabilidade de emprego. Pediu ainda que a Samarco estude a possibilidade de criar um plano de saúde para as famílias atingidas, garantindo-lhes um atendimento mais amplo. Na oportunidade, anunciou também a instituição de um decreto com o objetivo de criar uma Semana de Prevenção de Acidentes Provocados por Barragens.

Representando a Defensoria Pública de Direitos Humanos sediada em Belo Horizonte, Rachel Passos afirmou que a entidade está participando do processo de negociação de garantia dos direitos das famílias junto à Samarco. Segundo ela, ao ouvir os atingidos, a quase totalidade manifestou o desejo de ver sua comunidade reconstruída.

Já o representante do Ministério Público, Marcelo A. Vilarino, destacou alguns problemas relativos à comunidade de Barra Longa, afirmando que diversos empregados do comércio local perderam sua fonte de renda, assim como os trabalhadores demitidos das fazendas atingidas pelo desastre, que afetou a produção da Cooperativa de Leite, principal fonte de renda de Barra Longa. Ele propôs uma audiência pública no município para o levantamento de todos os problemas ocasionados pelo desastre. Propôs ainda um plano de assentamento dos atingidos que estão alojados em hotéis, procedimento a ser feito com a participação e concordância de todas as famílias de Barra Longa que tiveram suas casas destruídas pela lama.

O representante da Samarco pediu que as famílias registrem a lista de seus pertences, para que a Samarco possa retirá-los e encaminhá-los a seus proprietários.

Ao se manifestar, a advogada Isabela Pena Cortez, do Coletivo Margarida Alves, afirmou que o desastre ocorrido pelo rompimento da barragem da Samarco não poderia ser tratado como um conflito socioambiental ou fundiário e sim como um crime. Segundo ela, o Estado não pode assumir o papel de mediar esse conflito, mas sim de punir os responsáveis. Alegando que a Mesa de Diálogo foi criada com a atribuição de mediar conflitos fundiários, disse que esse não é o caso da tragédia ocorrida em Mariana. Afirmou ainda que a Mesa não é um fórum legítimo para conduzir um conflito como esse, que envolve questões que vão muito além de moradia. Argumentando que um possível réu não pode mediar um desastre que ele próprio deixou de fiscalizar, concluiu sua fala apresentando a proposta de se criar um fórum permanente capitaneado pelo Ministério Público e a Defensoria Pública, a seu ver órgãos com legitimidade para conduzir essa negociação.

O professor Lucas de Alvarenga Gontijo, representante da PUC-Minas na Mesa de Diálogo, também defendeu a proposta de se fundar um fórum permanente, a ser conduzido pelo Ministério Público, a Defensoria Pública, a Diocese de Mariana e o MAB, concordando que o Estado é réu nesse processo por não ter fiscalizado as barragens, como deveria ter feito. Segundo ele, os danos ambientais causados à Bacia do Rio Doce devem ser muito bem estudados e calculados, devendo a Samarco arcar com todos os custos.

Wleton Pimentel de Freitas, conhecido como Leleco, do Conselho Nacional das Cidades, questionou as alegações do Coletivo Margarida e do representante da PUC-Minas quanto à legitimidade da Mesa, afirmando que tais posicionamentos representam uma desconstrução do diálogo e em nada colaboram para a construção de alternativas visando a solução dos problemas ocasionados pelo desastre. Enfatizou a importância da Mesa como espaço legítimo de negociação entre os diversos atores

desse conflito, ressaltando que todos devem se respeitar para que esse diálogo seja construído. Informou que pertence a uma entidade que cuida de moradia e não estava na reunião para disputar com o MAB e sim para construir um planejamento coletivo, tendo como foco a população atingida.

Ao se pronunciar, Beatriz Cerqueira, da CUT Minas, disse que não estava ali para pedir esclarecimentos à Samarco. Afirmou que o Governo do Estado não pode permitir que a Samarco assuma esse papel de proteção aos atingidos, alegando ser esse o papel do Estado e não do poder econômico. Segundo ela, o Governo tem o dever de impedir que a Samarco assuma todo o controle no processo de atendimento aos moradores atingidos. Em relação aos trabalhadores, questionou a demissão de empregados terceirizados.

Robson Lucas, da Advocacia Geral do Estado (AGE), afirmou que a proposta da Mesa é propor alternativas a partir do diálogo, já tendo construído uma experiência que a legitima nesse papel de mediação. A seu ver, essa discussão envolve vários atores e os direitos que foram violados devem ser vistos com serenidade. Em resposta às acusações do Coletivo Margarida, afirmou que, se o Estado eventualmente falhou nessa fiscalização, isso não o impede de cumprir seu papel de mediador nessa negociação, acrescentando que se deve ater ao que pode ser feito daqui para frente, cada um dentro de sua responsabilidade. Concluiu afirmando que é através desse diálogo que poderá ser encontrado o caminho que possibilitará uma solução rápida para o problema, de forma digna e responsável. Argumentou que a Mesa Estadual de Diálogo e Negociação é o fórum adequado para conduzir essas questões, evitando que se instaure o conflito.

Reforçando as palavras do representante da AGE, o deputado Rogério Correa afirmou que, do ponto de vista da Assembleia Legislativa, está claro que o Governo do Estado deve fazer parte desse processo através da Mesa de Negociação.

Chamado a se posicionar a respeito da pauta apresentada pelo MAB, o diretor da Samarco afirmou que todas as questões apresentadas no documento e pontuadas na reunião serão respondidas formalmente a partir do recebimento desta ata. Ponderou, entretanto, que algumas questões requerem uma resposta imediata, sobretudo o atendimento às famílias atingidas, focando na solução de problemas mais urgentes. Ressalvou que todo o processo de diálogo com os moradores alojados nas pousadas é de ciência dos órgãos competentes e tem o aval das autoridades. Ao final, fez um apelo para que as ações se concentrem no estabelecimento de prioridades, através da organização de uma agenda para dar celeridade às respostas, impedindo que o problema evolua.

Após todas as manifestações, o presidente da Mesa de Diálogo, Claudius Vinícius Leite Pereira, encerrou a reunião, definindo os seguintes encaminhamentos:

- A pauta apresentada pelo MAB será encaminhada à Mineradora Samarco, para que as propostas sejam analisadas e respondidas formalmente através de documento a ser apresentado na próxima reunião da Mesa.
- Definiu-se que será criada uma agenda de reuniões da Mesa de Diálogo dedicadas a esse tema, a serem realizadas semanalmente nos municípios atingidos ao longo da Bacia do Rio Doce, com pauta previamente encaminhada a todos os participantes.
- A próxima reunião da Mesa de Diálogo foi marcada para o 25/11/2015, às 14h, no município de Mariana.